

## EDUCAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO EM PROCESSOS IDENTITÁRIOS E O CONFLITO COM A LEI NA ADOLESCÊNCIA

## EDUCATION AND RESIGNATION IN IDENTITY PROCESSES AND THE LAW CONFLICT IN THE ADOLESCENCE

Caroline Cristiane de Sousa<sup>1</sup>  
Fernando César Paulino-Pereira<sup>2</sup>  
Sandra Regina Soares<sup>3</sup>

**RESUMO:** O objetivo do trabalho foi realizar observações participativas em uma instituição que presta assistência a adolescentes em conflito com a lei, procurando compreender os processos nos quais se constituem a identidade dos mesmos, além de explorar qual era a concepção que esses indivíduos tinham acerca da criminalidade e da “lei”. Através dessas interações buscou-se identificar a visão que os mesmos possuem sobre os atos que cometeram, considerados sob a ótica do sistema vigente como infrações, e questionar o significado atribuído a esse fenômeno de acordo com o contexto em que vivem. As visitas à instituição foram efetuadas de junho de 2004 a julho de 2005. Os métodos utilizados foram a observação participante e anotações em diário de campo. Durante a pesquisa foi acompanhado um grupo de aproximadamente 10 adolescentes com a finalidade de observar e até mesmo participar das ressignificações das identidades dos mesmos em relação ao processo grupal. A análise dos dados obtidos indica que a concepção de “lei” assimilada por esses adolescentes corresponde às normas concretas determinadas pelo cotidiano.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação, adolescência, conflito com a lei, identidade.

**ABSTRACT:** Of this form the objective of the work was consisted of carrying through participativas comments in an institution that gives to assistance the adolescents in conflict with the law, having as purpose to understand the processes in which if they constitute the identity of the same ones, besides exploring which age the conception that these individuals had concerning crime and of the "law". Through these interactions one searched to

---

<sup>1</sup> Psicóloga pela Uniararas. Psicóloga do Projeto Recaminhos de Combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia Social. Docente da Unimep.

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia Social. Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela USP-SP. Psicóloga do Centro de Referência da Mulher – Sumaré/SP. Coordenadora do Programa Iluminar Sumaré Cuidando das Vítimas de Violência Doméstica e Sexual de Sumaré.



identify the vision that the same ones possess on the acts that had committed, considered under the optics of the effective system as infractions, and to question the meaning in accordance with attributed to this phenomenon the context where they live. The visits to the institution had been effected of June of 2004 the July of 2005. The used methods had been the participant comment and notations in daily of field. During the research a group of approximately 10 adolescents with the purpose was folloied to observe and even though to participate of the ressignificações of the identities of the same ones in relation to the group process. The analysis of the gotten data indicates that the conception of "law" assimilated by these adolescents corresponds to the definitive concrete norms for the daily one.

**KEY WORDS:** Education, adolescence, conflict with the law, identity.

### **1. A QUESTÃO DA IDENTIDADE NUMA PERSPECTIVA ADOLESCENTE**

A teoria de identidade, baseada numa perspectiva materialista histórica, traz importantes contribuições para o reconhecimento científico da adolescência como um fenômeno cultural. Essa perspectiva vem reforçar a idéia de que é necessário tomar uma nova posição frente às concepções e decorrentes intervenções voltadas à população adolescente.

De acordo com HABERMAS (1983) as crianças começam a formar suas identidades no momento em que passam a estabelecer os limites entre seu próprio corpo e os demais objetos, constituindo a chamada *identidade natural*. O autor afirma que a partir do momento em que as crianças começam a incorporar estruturas simbólicas da vida cotidiana, familiar e também de outros grupos à sua *identidade natural*, essa última é substituída pela *identidade convencional*. A adolescência pode ser caracterizada como o período em que essa *identidade convencional* se deteriora, pois o indivíduo em formação começa a ter condições de perceber os paradoxos sociais, as contradições que criam as normas e conseqüentemente adquirem a capacidade de questionar. O adolescente é forçado a assumir um único papel que represente a si mesmo, apesar das situações contraditórias.

Os processos de construção da identidade permitem que o indivíduo reconheça a si mesmo e também aos outros como constituindo um sistema simbólico contraditório. Essa percepção pode proporcionar uma posição mais crítica em relação às normas sociais, podendo chegar ao comportamento transgressor, na tentativa de burlar as regras, tornando-as mais sensatas. No entanto esse fato não pode ser caracterizado - como fazem muitos



autores - por uma síndrome da adolescência, algo comum a todos os jovens entre determinada faixa etária.

Uma nova proposta para a adolescência - que não pode ser ignorada, já que foi constituída em nossa cultura - é considerá-la como um fenômeno decorrente de uma combinação entre fatores culturais e características individuais que emergem durante a formação da identidade. Portanto é preciso ter plena consciência de que a adolescência não é um fenômeno apenas do desenvolvimento individual, mas sim produto de uma combinação entre indivíduo e cultura, específico a determinada organização social.

## ***2. O ADOLESCENTE E O COTIDIANO ASSISTIDO***

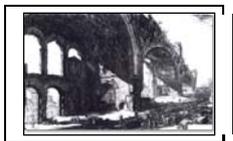
A ASSIM é uma ONG criada a partir de uma iniciativa do Governo do Estado, representado pela FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), que buscou uma parceria com outra ONG de Araras, a AEHDA (Associação de Educação do Homem de Amanhã), que seria incumbida de auxiliar na implantação e no desenvolvimento do projeto.

A função da ASSIM, portanto, é assistir aos adolescentes que cometeram infrações leves e estão em “liberdade”. Para prestar essa assistência a ASSIM conta com uma equipe constituída por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, três professores de artesanato (o número de professores “oficineiros” varia de acordo com as necessidades do projeto). A instituição acompanha a reinserção desses adolescentes na escola, bem como o seu desempenho escolar.

A maioria dos assistidos é do sexo masculino, sendo uma média de vinte adolescentes do sexo masculino e três do sexo feminino. Além disso, alguns dos familiares também freqüentam a instituição e as oficinas.

Cada oficina é realizada uma vez por semana, sendo que os adolescentes podem optar pela oficina que mais lhe interessa. Cada adolescente atendido deve participar de pelo menos uma oficina ou atividade complementar fornecida pelas parcerias, no entanto o adolescente que trabalha ou “presta serviço à comunidade” pode ser dispensado das oficinas.

Além das oficinas de artesanato, a equipe técnica realiza um acompanhamento semanal com os adolescentes através de atendimento individual, por meio dos quais são



feitos relatórios da conduta dos adolescentes durante o período em que estiveram cumprindo a medida sócio-educativa. O atendimento individual, no entanto é indispensável a todos, mesmo para os que estejam trabalhando. O não comparecimento aos atendimentos é comunicado ao Juiz da Vara da Infância e Juventude, podendo caracterizar descumprimento de medida, ou seja, o adolescente que não comparecer ao menos ao atendimento pode ser penalizado, em última instância com a internação.

Os adolescentes, como se pode supor, constantemente demonstram grande insatisfação quanto a obrigatoriedade de freqüentar a instituição. Dessa forma a assistência prestada não atende às expectativas propostas pelo projeto, já que os adolescentes consideram a obrigatoriedade de freqüentar a instituição como uma punição para seus atos.

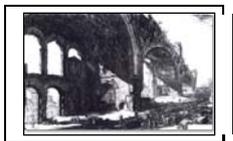
No entanto, durante o decorrer das observações, várias vezes foi dito aos adolescentes que “eles devem freqüentar a instituição não por vontade própria, mas porque são obrigados a cumprir a Liberdade Assistida para prestar conta de seus atos à sociedade”. Essa fala era sempre dirigida aos adolescentes quando esses estavam insatisfeitos ou contrariados com as atividades, mas de qualquer maneira entra em contradição com as propostas do projeto que prevê uma maior eficácia do trabalho de “recuperação” dos adolescentes quando eles estão dispostos a participar das atividades.

### **3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM SITUAÇÃO DE LIBERDADE ASSISTIDA**

#### **3.1. Identidade**

A questão da identidade é amplamente discutida em relação a todas as situações da vida cotidiana, com especial ênfase na adolescência, já que muitos autores acreditam ser este o período em que as identidades começam a se configurar e formar os modos de atuação dos indivíduos. No entanto uma questão primordial a ser considerada no estudo da identidade é que a mesma se constitui apenas através da relação com outros indivíduos, ou seja, a formação, ou transformação de identidades, só se dá enquanto um processo dialético, social e histórico (CIAMPA 1999).

Partindo desse pressuposto, CIAMPA (1999) introduz três importantes conceitos sobre a teoria da identidade: a *identidade como metamorfose*, a *representação de personagens* através



de *papéis e a emancipação*. A *identidade como metamorfose* refere-se a alteração da identidade de um indivíduo, muitas vezes em detrimento das modificações nas identidades de outros. Segundo o autor são muito comuns as re-significações na identidade de uma pessoa que descobre se relacionar com outra que não era realmente quem se pensava, ou esperava que fosse. Nesses casos verifica-se uma alteração na identidade de quem havia se “enganado” com a outra pessoa, pois a relação estabelecida não é mais a mesma, proporcionando uma reformulação de significados e possibilidades de objetivação em virtude de um contexto recém determinado.

CIAMPA (2001) afirma ainda que a identidade é a própria articulação entre a diferença e a igualdade, constitui-se enquanto metamorfose, enquanto “vida que supera a morte”, enquanto movimento e transformação, é a própria união entre subjetividade e objetividade, entre desejo e realização. No entanto, apesar de se caracterizar por uma constante metamorfose, a identidade, na atual conjuntura social, histórica e política, vem se apresentando como não metamorfose.

O conceito de *representação de personagens* através de *papéis* é baseado no pressuposto de que as “realidades” são criadas e representadas por autores, que interagem através das personagens. As personagens vão se constituindo ao mesmo tempo em que constituem seu universo, concretizando os autores mesmo como personagens da sua própria história. Essas personagens “são múltiplas, que ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam” (CIAMPA, 2001, p. 156). Estes modos de produção caracterizam a identidade enquanto articulação de várias personagens, configurando a igualdade e a diferença, a própria metamorfose. Enquanto atores de nossa história necessitamos de personagens para representar e nos concretizar através da metamorfose, da relação entre os variados papéis representados (CIAMPA, 2001).

A *emancipação* é a possibilidade de deixarmos de apresentar uma concepção cristalizada da identidade e assumi-la enquanto metamorfose. CIAMPA (1999) coloca que “para ser o que é” deve haver um desenvolvimento, uma superação dialética da contradição, ser um, ser outro e ao mesmo tempo ser um que representa os dois.

Esses princípios indicam tanto a importância da relação com o outro, quanto a influência do contexto no processo de re-significações das identidades. Desta forma podemos refletir sobre a fluidez da identidade de qualquer indivíduo, sobre a mobilidade



característica ao processo identitário e também sobre a importância do processo dialético nessa dinâmica que constitui o ser humano.

Portanto, o estudo da identidade possibilita uma compreensão mais global do fenômeno estudado no presente trabalho, uma vez que permite considerar vários aspectos que influenciam a constituição de uma identidade marcada pela falta de flexibilidade e alternância entre poucos papéis predominantes que são continuamente representados pelos adolescentes participantes da pesquisa.

A importância atribuída à genealogia da adolescência no início do trabalho é fundamental para a elaboração da condição do adolescente, principalmente quando se pretende abordar a temática do conflito com a lei, já que as “transgressões” são consideradas naturais e até mesmo esperadas durante essa “fase”. CIAMPA (2001) aborda questões fundamentais a esse respeito quando considera a importância de não podermos contentar-nos em ser aquilo que nos nega, ou seja, incorporar papéis pré-determinados, que indicam os padrões de comportamentos “adequados” ou comuns a determinadas circunstâncias.

### **3.2. Superação “diferença/igualdade” a dialética que re-significa a identidade**

De acordo com CIAMPA (2001) a questão da diferença x igualdade não se restringe ao nome, nem tão somente à família, mas passa a configurar as demais relações sociais que se estabelecem durante a vida de cada indivíduo. Dessa forma é que a identidade se constitui enquanto metamorfose, através do movimento proporcionado por essa dialética.

A primeira questão apresentada por eles foi justamente ao primeiro contato, onde o adolescente se colocava como autor de delitos, incorporava o papel de infrator, mesmo que “arrependido”, mas ao mesmo tempo também não conseguia distinguir-se do lugar de vítima da situação que proporcionou sua entrada no mundo do crime. Curiosamente o relato se inicia justamente com a primeira diferenciação, utilizada para se inserir no primeiro contexto social, o nome vindo da família. No entanto o adolescente também, e principalmente, caracteriza-se pelo apelido, através do qual se diferencia num contexto maior, pelo qual é conhecido e prefere ser tratado.



”Como é o seu nome? O que você faz aqui? Meu nome é Antônio, mas gosto que me chamem de Sabugo” (cf. diário de campo de 01 de outubro de 2004). Então ele espontaneamente começou a me contar sua história:

Eu tinha oito anos quando fui parar na rua. Minha própria mãe me expulsou de casa, na verdade ela foi embora e me deixou na rua com minha irmã que na época tinha doze anos e outra que tinha só seis meses! Ficamos na rua. Minha irmã mais velha saía com homens. Usava seu corpo para ajudar, conseguir dinheiro para nós três. Eu sabia... ficava com a neném para ela fazer isso. Passamos alguns meses assim, acho que uns seis meses até meu pai voltar da Bolívia. Ele estava lá, era caminhoneiro, demorou muito, mas quando chegou tirou nós três da rua e levou para morar com a minha avó. Só que logo em seguida ele se casou de novo. Minha irmã mais velha também se casou, hoje já tem até filhos. (cf. diário de campo de 01 de outubro de 2004).

Após relatar rapidamente como foi sua infância, praticamente tentando justificar os motivos que o levaram até a condição de Liberdade Assistida, o adolescente se diz livre das drogas, consciente do que fez e arrependido ao dizer que não mais repetirá. No entanto se coloca numa posição contraditória, pois ao justificar-se atribui a responsabilidade das infrações que cometeu à condição em que viveu – abandonado na rua aos oito anos, responsável por uma criança e por seu próprio sustento – e depois admite que “não fará mais essas coisas”, e revela o desejo de não mais infracionar. Esse pode ser um indício de que, na verdade, não necessariamente se arrepende do que fez, ou do que ainda faz: “É necessário muita atenção, pois na nossa frente eles fingem ter se arrependido, têm bom comportamento para livrar-se da medida” (fala de uma das funcionárias da ASSIM - cf. diário de campo de 20 de outubro de 2004).

De fato talvez não veja nenhum motivo para arrependimento, pois analisa os fatos que o levaram a essa condição e avalia que não poderia ter sido muito diferente, talvez seu relato demonstre como ele não reconhece apenas responsabilidades individuais para suas infrações. Curiosamente ele parece considerar as influências, não apenas familiares, mas também sociais que levaram três crianças pequenas a ficarem sozinhas na rua de uma cidade como Araras, sem nenhuma assistência, “abandonados”, inclusive com um bebê, que era cuidado por um menino de oito anos enquanto a irmã mais velha se prostituía para o sustento dos três. Essas considerações feitas pelo próprio adolescente indicam alguma possibilidade de superar o que SAWAIA (apud OLIVEIRA, 2002) denunciava ser um dos principais mecanismos de coerção social: a culpabilização individual.



Não tiveram para onde ir, nem para quem pedir ajuda. Nenhum vizinho, nem a igreja, nem a assistência social, o conselho tutelar, a prefeitura, o Estado. Eram muito pequenos para saber onde procurar, mesmo em uma cidade também pequena, há apenas doze anos atrás, período no quais os recursos assistenciais que conhecemos já existiam principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Sabugo contextualiza sua condição de adolescente infrator e, mesmo sem conhecer efetivamente os direitos que possuía, avalia que suas possibilidades de concretizar-se enquanto uma criança que vivia na rua sem nenhum amparo, eram precárias e não possibilitavam muitas opções de inserir-se no mercado de trabalho, uma necessidade imediata, já que precisavam sustentar-se.

A questão é que ao refletir sobre sua trajetória, considera a impossibilidade de ter superado tantos meses na rua sem ter se envolvido com o “crime” e com as drogas. No momento em que faz esse relato, aparentemente põe-se a questionar qual era então seu papel? O de criminoso que ameaça a sociedade, ou vítima da mesma, a criança abandonada? Não seriam também os outros vitimas de seus atos criminosos e ao mesmo tempo responsáveis, enquanto membros de uma sociedade que admite a situação de tantas crianças abandonadas nas ruas?

O papel assumido pelo adolescente, muitas vezes foi influenciado pelas diferenças entre o traficante e o usuário de drogas “*se você é o dono não pode deixa os nóia folgar, agente que manda*” (Carlos, cf. diário de campo de 23 de março de 2005). Possivelmente o status de traficante tenha lhe trazido vantagens sobre sua antiga condição de “nóia”, a rentabilidade também seria, nesse caso, um fator determinante para essa alteração de papéis, entretanto essa “mudança” caracteriza apenas a reposição de papéis pré-estabelecidos, vista como dada, e não como um processo contínuo (CIAMPA, 1999), sem que Carlos se colocasse em uma posição reflexiva e crítica a respeito da situação.

No entanto, em outra situação o mesmo adolescente se colocou em uma posição bem mais interessante, quando falava sobre um filme que “adorou” assistir. Ele falava sobre o *Titânico*, comentava que gostou mais que “*aqueles caras foram vacilão*” (Carlos, cf.



diário de campo de 23 de março de 2005), por que se fosse ele sairia nadando<sup>4</sup>. Eu comentei com ele que a água era muito gelada, e que o navio afundando também puxava as pessoas para baixo. Ele reconheceu, em tom de brincadeira, que era verdade e que foi pior para os pobres da terceira classe que foram presos no navio: *“é uma patifaria, por que os pobres foram viajar só para ser empregados, era separado dos ricos e ainda por cima depois foram presos para morrer lá dentro”* (Carlos, cf. diário de campo de 23 de março de 2005).

Carlos esbraveja enquanto considerava a questão da humilhação sofrida pelos “pobres” na viagem e ao mesmo tempo questionava o princípio que proporcionava o direito de viver para quem estivesse na primeira classe do navio. Questionava também as diferenças entre ricos e pobres, que chegam mesmo ao extremo de definir sobre o direito de vida ou a morte.

Para os adolescentes em questão, a criminalidade não está diretamente relacionada ao comportamento inadequado. Quando questionado o significado do crime, surgiu a sua diferença em relação ao “errado”:

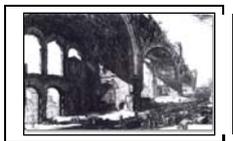
Depende, o crime nem sempre é errado. Crime é roubar, matar, traficar. Errado é roubar quem não tem, roubar “velhinho”, roubar nem sempre é errado. Errado é estuprar, matar sem motivo, “traíragem”. Não pode ser Jack (estuprador), não pode ser talarico (ficar com a “namorada” de outro), falar da mãe (Rafael, cf. diário de campo de 30 de março de 2005, grifo meu).

O modo como se configura a identidade desses adolescentes, ou seja, as relações de troca que estabelecem, possibilitam uma configuração de valores alheia à concepção “legal”, em outras palavras, o que no código penal é considerado crime, na conjuntura criada pela realidade objetiva (LASTÓRIA, 1995) observada, é apenas uma forma de ganhar dinheiro, participar do mercado de trabalho (no caso de tráfico e do roubo), ou até uma forma de zelar por sua honra (no caso de brigas e homicídios).

Ao conseguir uma aproximação da realidade desses adolescentes e descobrir as concepções que possuem acerca dos atos cometidos pelos mesmos, é possível compreender que a questão da igualdade e da diferença se articula com a prática cotidiana, pois conseguem definir padrões de valores que são relativos a situações específicas e até

---

<sup>4</sup> Ele referia-se ao momento em que o navio afundava e as pessoas se afogavam. Para ele parecia muito simples que as pessoas pudessem continuar nadando até que chegasse o socorro.



mesmo podem ser mudados sempre que necessário. Em outras palavras, o mesmo ato é diferenciado de acordo com as circunstâncias em que foi cometido, e dependendo desta variável pode tanto ser identificado como uma atitude de coragem ou um crime hediondo, pois há uma espécie de “júri popular da vizinhança”, responsável por ditar o certo e o errado.

Nesse sentido a aproximação aos objetivos da pesquisa demonstra que, realmente a concepção que possuem acerca a criminalidade é adversa, uma vez que é diretamente influenciada pelo contexto no qual esses adolescentes estão inseridos, ou seja, se concretizando.

A partir dessas considerações é possível identificar que os adolescentes não possuem apenas uma diferente concepção dos atos infracionais que cometeram, pois possivelmente, pelo fato de terem uma diferente concepção de atividade produtiva, conseqüentemente passam a objetivar-se de um modo adverso. A concepção valorativa observada durante a observação participante, está diretamente relacionada ao contexto histórico e aos meios de produção em que se concretizam. Uma vez que esse meio de produção se confronta com os de outros indivíduos que ainda estão presos a ideologia do mercado de trabalho, o resultado desse processo são os diferentes valores instituídos e a diversificação da moral decorrente desta forma de objetivação.

### **3.3. Conhecimento “saber/poder” como possibilidades de potência ou repressão**

Uma das principais formas de demonstração de poder em detrimento do conhecimento era nos momentos em que se falava a respeito de experiências vividas na FEBEM. Os adolescentes que nunca passaram por uma internação não têm os conhecimentos próprios dessas circunstâncias, e são julgados pelos outros como aqueles que não “sabem de nada”. Os próprios adolescentes que não passaram por internações se colocam em uma posição de aprendizes daqueles que já fizeram a “faculdade mil grau do crime” (Caio, cf. Diário de campo de 23 de março de 2005).

A separação entre quem foi ou não para a FEBEM era uma constante nas conversas com os adolescentes, principalmente quando estavam todos juntos e manifestavam a vontade de fazer um grupo separado, só para quem já esteve “internado”:



A gente faz o grupo sim, mas eu quero só quem já foi para a FEBEM, porque o resto não sabe de nada, quer dar uma de maluco, mas não é do crime, tem coisas que só quem já foi sabe... se você quiser posso te contar umas coisas (Rafael, cf. Diário de campo de 30 de março de 2005).

De fato a mesma proposta nunca foi feita por adolescentes que não passaram pela FEBEM, ao contrário, esses faziam questão de se reunir com os “mais experientes”, em certos momentos pareciam mesmo estar aprendendo com os ex-internos, e muitas vezes a impressão que se tinha é de que eles ansiavam por uma oportunidade de ir também para a FEBEM, para adquirir o *status* que os outros tinham e conseqüentemente poder fazer parte do grupo deles.

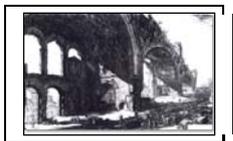
Você não queria que eu te ensinasse as coisas? Então, anota aí: lá na FEBEM tem um monte de gíria, lá as coisas são chamadas diferente daqui, por exemplo, lá você não tem rosto, tem lata, não tem peito, é caixa, não tem bunda, é jaca... (Rafael, cf. Diário de campo de 26 de abril de 2005)

Era visível seu prazer em poder falar sobre coisas que a pesquisadora não sabia, era diferente da relação que tinha com os outros adolescentes que nunca foram à FEBEM, com a pesquisadora a relação era muito mais valorizada, pois todos julgavam que não era uma pessoa a quem se pudesse ensinar algo.

Ele estava falando mais do que sobre a FEBEM, ele estava falando de si, estava fazendo um contorno das relações que teve lá dentro, e que conseqüentemente re-significaram sua identidade, atribuíram-lhe um *status*, e o transformaram no que ele é hoje.

Mas quem é o Rafael hoje? Ele se coloca como um jovem, que viveu aproximadamente um ano na FEBEM, que tem dezenove B.O., mas só foi pego por alguns, atribui a si mesmo a esperteza de infracionar e enganar a polícia. Mas ao mesmo tempo foi “internado” e tem experiência, está acima de quem ainda nunca esteve no sistema carcerário.

Os outros adolescentes comentam que ele “*saiu um monstro da FEBEM, pior do que entrou*” (Carlos, cf. Diário de campo de 04 de maio de 2005). As funcionárias da ASSIM ora comentam que ele é “*perigoso e dissimulado*”, ora comentam que tem “*atraso cognitivo*” (fala de funcionárias, cf. Diário de campo de 26 de abril de 2005).



O que fica evidente é que a identidade de “menor infrator” prevalece acima de qualquer outro papel que possa ser representado por Rafael, e o mesmo acontece com a maioria dos adolescentes que estiveram em Liberdade Assistida no período de coleta de dados. Frequentemente são encontrados rabiscos como: “*Marco – 155/157*”; “*eu sou PCC – paz, justiça, liberdade, maldade sem perdão*”.

As representações assumidas por esses adolescentes se concentram na identidade de infrator mesmo que seja para ensinar outra pessoa como é a vida no mundo do crime. É importante ressaltar que essa identidade infratora não tem um sentido negativo para esses adolescentes, ao contrário, é um *status* muito valorizado, e o conhecimento do “crime” é almejado por todos.

Nas oficinas, quando levamos CD’s de rap para tocar é muito curioso a identificação que têm com as histórias que são contadas, e até mesmo a incorporação de personagens, como em uma música que diz:

Hoje eu sou ladrão, artigo 157, As cachorra me amam, Os playboy se derretem,  
Hoje eu sou ladrão, artigo 157, A policia bola um plano, Sou herói, dos pivete,  
(Racionais MC’s, Eu sou 157)

Eles cantam a música em coro, mas quando chega nesse refrão, olham para mim, olham uns para os outros e tentam cantar mais e mais alto que podem, batem no peito e gritam “hoje sou ladrão, artigo 157...”. A identificação com a música é evidente, há uma incorporação dessa identidade de “ladrão”, mas ali não é exatamente esse papel que estão desempenhando.

Durante uma oficina avistamos um inseto muito estranho pelo lado de fora do vidro da janela. Ao reparar no inseto, imediatamente, o Márcio correu até o fundo do terreno, tentando alcançar o bicho.

Ele parecia muito empenhado na tarefa de capturar aquela criatura tão diferente, exótica, que ninguém sabia o que era, e nem se era perigoso. Ele apanhou um vidro com tampa, correu até o portão, que sempre permaneceu fechado (aliás, em nenhuma outra ocasião alguém passou daquele portão no período em que estive ali) e o pulo com uma facilidade incrível. Ressalto que o portão é consideravelmente alto, mas ele conseguiu pular na primeira tentativa e sem grandes esforços. Eu o acompanhei, fiquei um pouco assustada



com a maneira que ele pulou e permaneci do lado de fora observando pelas grades o que ele faria com o inseto. No momento em que se aproximou do inseto já não parecia tão seguro, mas não recuou. Olhou para mim e perguntou o que poderia ajudá-lo a colocar o inseto no vidro. Eu apontei um plástico que estava próximo a ele e recomendei que tivesse cuidado. Marcio então pegou o plástico e com facilidade consegui prender o animal.

Sua expressão foi de contentamento total, parecia ter vencido uma grande batalha, olhou-me como se fosse um vencedor, um justiceiro que havia detido o ameaçador, mas também desconhecido ser que todos queriam ver de perto, porem com toda segurança.

Ele voltou a pular o portão com a mesma facilidade, deu-me o vidro com o inseto, ofereceu-me a oportunidade de olhar as particularidades daquele animal sem correr o risco de ser atacada, pois ele havia detido o bicho e o oferecia com muita satisfação. No entanto, antes de voltarmos à sala onde estavam, ele me pediu que devolvesse o vidro – seu troféu – e nesse momento percebi que ele fazia muita questão de voltar à sala de posse do animal, para que todos pudessem olhar.

Esse episódio traz a tona algumas considerações essenciais para o desenvolvimento desse trabalho. O comportamento dele em relação ao inseto estranho, ameaçador, perigoso e desconhecido pode ser tomado como exemplo do que muitas vezes ele já viu acontecer. Sua atitude poderia ser considerada como infantil, pois de fato, quando crianças, costumávamos colecionar seres estranhos para sanar nossa curiosidade e quem sabe afirmar nossa superioridade em relação a animais muitas vezes indefesos, que por nossa ingenuidade considerávamos perigosos.

Certamente poderíamos considerar esse ato como pura infantilidade por parte de Marcio, e mesmo não pode desconsiderar essa possibilidade. No entanto, essa atitude pareceu muito mais uma reprodução de vivências muito atuais pelas quais esse adolescente vem passando. Não podemos considerar apenas a necessidade que todos temos ainda, mesmo adultos, em aprisionar o diferente em vidros, deixando-lhes apenas o ar, para observarmos como são menores, fracos e conseqüentemente assegurar nossa superioridade, como quando vamos a um zoológico observar os animais para assegurar nossa condição de homem superior, por ser o único que pensa, que pode acumular conhecimento e sabedoria (GIACOLA, 2004).



### 3.4. O “Trabalho” como possibilidade de subjetivação/objetivação

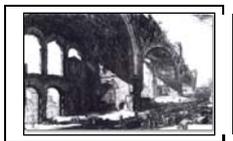
Segundo CIAMPA (1987, p. 198) a identidade caracteriza-se por seu desenvolvimento e é através dele que pode ser reconhecida; considerando-se sua historicidade, materialidade e possibilidades. Portanto as possibilidades de concretização de diferentes identidades dependem de condições históricas, subjetivas (desejos) e objetivas (trabalho).

Baseado no pressuposto de que a identidade é constituída não apenas por desejos do sujeito, mas também pelas condições históricas e econômicas nas quais se constitui, é que se fazem as considerações sobre a influência das relações através das quais, os adolescentes participantes da pesquisa, conseguem se objetivar, ou seja, as relações de “trabalho”.

Demonstra-se aqui, que os movimentos realizados por esse adolescentes para adquirir dinheiro, muitas vezes não são considerados como uma forma de trabalho, propriamente dita, até mesmo pelos próprios adolescentes, que se referem a essas atividades como os seus “corres”. As “correrias” referidas pelos adolescentes são variadas, e vão desde atividades ditas subempregos – como ajudante de pedreiro, chapeiro, entregador de papéis – até atividades consideradas ilegais – roubo, tráfico de drogas, estelionato.

Em determinada ocasião encontrei um dos adolescentes deitado nos bancos e perguntei se ele estava cansado: *”Estou cansado, com preguiça, é que eu estava trabalhando, entregando papel na rua. Mas eu não vou mais, por que isso é besteira, ficar andando nesse sol o dia todo para ganhar só quinze reais!”* (Roger, cf. Diário de campo de 08 de abril de 2005). Enquanto isso, outro adolescente prestava atenção em nossa conversa e interrompeu: *“Nossa, mas como eu sou tonto mesmo! Eu também já entreguei papel para uma cartomante, mas só recebi cinco reais no dia”* (Marcio, cf. Diário de campo de 08 de abril de 2005).

As falas de Roger e Marcio se misturam com outras falas muito comuns durante o trabalho de coleta de dados. Na maioria das vezes são feitos relatos de tentativas de trabalho convencional, socialmente “aceitável”: *“não tem como continuar com o crime, eu queria arrumar um emprego firmeza, pra ter uma mina firmeza”* (Carlos, cf. Diário de campo de 06 de abril de 2005), mas logo em seguida eles relatam que as tentativas são sempre inúteis, pois



em outras atividades conseguem muito mais dinheiro, além de participar efetivamente da distribuição de renda no contexto em que vivem: “*eu estava trabalhando de carregar tora, mas isso não é vida! Não vou mais, não sei o que vou fazer, posso ganhar mais fazendo o que eu faço, não vou parar de fazer meus correios*” (Carlos, cf. Diário de campo de 23 de março de 2005).

Por várias vezes eles tentam alegar que pretendem sair do “mundo do crime”, mas ao ter um pouco mais de confiança em mim indicam que não é bem assim, que esse mundo do crime pode sim ser muito interessante, apesar dos perigos, e até mesmo por isso: “*eu não preciso trabalhar, o dinheiro cai na minha mão, fico sentado o dia todo na calçada, não precisa mais nada para ganhar dinheiro*” (Caio, cf. Diário de campo de 23 de março de 2005). Ele tenta insinuar o tráfico de drogas, dizendo que com isso pode usar o que quiser maconha, cocaína, pedra, tudo de graça. Mas outro adolescente presente na conversa relata: “*eu também já usei muita coisa, mas não dá certo, quem tem não pode usar por que se não dá errado*” (Carlos, cf. Diário de campo e 23 de março de 2005).

A conversa é levada ao ponto de um aconselhar o outro nos “negócios”. Eles falam abertamente, sobre um assunto corriqueiro, o clima é de descontração, e eu tento me envolver nessa perspectiva, ultrapassando os limites impostos pelos valores que internalizei durante minha constituição enquanto sujeito de uma sociedade que discrimina o narcotráfico, mas ao mesmo tempo o sustenta.

O exemplo a seguir demonstra como o narcotráfico pode ser uma opção muito atrativa, mesmo com todas as dificuldades e riscos que apresenta.

Mesmo freqüentando a instituição há quase nove meses nunca havia visto o Roger. No dia que o encontrei pela primeira vez perguntei se ele era novo ali, e ele rapidamente me respondeu com tom de negatividade, como se ele próprio desaprovasse seu comportamento: “*não, faz tempo que estou aqui, mas faz tempo que eu não venho. É por causa de uns problemas, com drogas, mas agora eu parei, estou vindo sempre*” (cf diário de campo de 09 de março de 2005).

Ele foi muito simpático e receptivo comigo, perguntou meu nome, e se era eu que seria psicóloga. No entanto nossa conversa foi interrompida por Carlos, que entrou com um aspecto negativo, como quem não quisesse ficar ali, como quem logo sairia. De fato, entrou, olhou em sinal de desaprovação e saiu. O Roger saiu atrás, mas logo os dois voltaram e começaram a fazer o que o professor de artesanato recomendava.



Ficamos algum tempo em silêncio, pois havia um rádio ligado, com o som relativamente alto. Os dois permaneceram próximos, e sussurravam enquanto olhavam para mim. Não demorou para que eu pedisse que o volume do rádio fosse abaixado, só assim foi possível conversar, mas mesmo assim foi preciso um pretexto para que a conversa pudesse acontecer.

Esse pretexto surgiu com um desentendimento. Foi, então, a primeira vez que o Carlos se manifestou curiosamente em protesto pelas coisas que tinham que fazer ali. *“Ela é muito chata, onde já se viu falar assim com os outros! Eu também vou embora, não vou ficar aqui, quebrando pedra! Prefiro voltar para a FEBEM a ficar aqui passando essa humilhação”* (cf. diário de campo de 09 de março de 2005).

Ele estava muito alterado com a situação e parecia até um pouco agressivo, fazia movimentos bruscos, parecia querer destruir o balcão. Estava visivelmente abalado e contrariado por estar ali.

Roger, nesse momento, interferiu tentando acalmá-lo: *“Não, Carlão, não é assim. Isso que agente faz é bom sim, depois agente pode até vender. Agente faz aqui, depois tem a exposição, aparece até no jornal, aí agente pode vender e pegar o dinheiro”* (cf. diário de campo de 09 de março de 2005).

Imediatamente Carlos mudou seu semblante. Voltou-se para o Roger perguntando: *“mas você pegou o dinheiro para você? Quanto vale isso?”*. Então Roger respondeu: *“sim, eu vendi todos os meus vasos, ganhei mais de oitenta reais!”* (cf. diário de campo de 09 de março de 2005).

E após saber quanto valiam todos os vasos do Roger, Carlos voltou a se revoltar, esbravejar, ameaçando ir embora.

É interessante observar a importância que teve o momento em que o Roger se referiu ao dinheiro e a reação que Carlos teve quando soube o valor dos vasos. A princípio Carlos se mostrou muito interessado, possivelmente pensou que essa poderia ser uma forma para ganhar dinheiro e ao mesmo tempo cumprir sua medida, talvez ele tenha avaliado que seria algo muito conveniente.

No entanto ao saber que cada vaso não valia mais que vinte reais ele se revoltou novamente; porque *“quebraria pedra”* durante duas semanas, ou mais, para, ao terminar, receber apenas vinte reais? Esse fato pode nos levar a pensar a importância atribuída por



esse adolescente ao dinheiro, assim como ao lugar onde o adquire, a forma como se dá essa aquisição e também a relação com a quantidade, o valor.

Ora, se ainda a pouco ele havia mencionado que aquela atividade era uma humilhação, era “*melhor voltar para a FEBEM do que ficar quebrando pedras*”, porque, quando ouviu falar em retorno financeiro ele rapidamente se acalma, até seu semblante muda, ele pára, põe-se a refletir sobre a possibilidade de ganhar dinheiro convenientemente, pois poderia conciliar o trabalho ao cumprimento da medida sócio-educativa. No entanto, quando possivelmente avalia que o valor não recompensaria sua “humilhação” ele volta atrás. Nota-se que a condição não mudou, mas não se submeteria a tal condição por esse valor, nem pelas fotos no jornal.

Isso nos leva a pensar como se dá a relação desse adolescente com o dinheiro. O que seria então uma boa quantidade em dinheiro para ele? Uma vez que na confecção das peças não teria nenhuma despesa, e ainda poderia se beneficiar legalmente com o trabalho.

Nesse sentido é inevitável questionar a maneira como se constitui a identidade desse adolescente com relação à realidade objetiva em que vive, na qual o risco e a humilhação são toleráveis desde que se obtenha o “esperado”. É possível observar também como a internalização de papéis está presente nessa atitude, pois Carlos representa exatamente o papel do adolescente (duplo negativo do homem ideal) preconizado pela sociedade burguesa, aquele que se rebela, e não se encaixa que sabota os modos de produção capitalista ao escapar dos meios de produção “legais” para obter um retorno financeiro possivelmente muito maior (CÉSAR, 1998).

Somos levados a pensar que, de alguma maneira, esse adolescente poderia conseguir muito mais dinheiro, e que para tanto se proporia a qualquer trabalho, mesmo que humilhante e comprometedor do ponto de vista legal. E ainda mais grave é a possibilidade de que essa suposta forma de ganhar muito dinheiro esteja cotidianamente ao alcance desse e também dos demais adolescentes, que em virtude desse fato se encontram em “conflito com a lei”.

Mais assustador ainda é a possibilidade de que essa maneira de ganhar dinheiro seja através do tráfico de drogas. Essa possibilidade pode ser seriamente considerada, e conseqüentemente nos levar a pensar o que exatamente significa a “lei” para esses jovens, uma vez que o tráfico de drogas visto de uma maneira peculiar, pode ser considerado como



uma forma de comércio, das mais rentáveis e comuns, bem como os pequenos furtos como re-distribuição de renda – ferindo assim a sociedade capitalista da “propriedade privada”.

Uma vez realizado esse questionamento é preciso averiguar a importância das relações comerciais na sociedade contemporânea, a importância do valor que o dinheiro assume nessas circunstâncias, nas quais se busca possuir cada vez mais, independentemente da maneira como se chega ao propósito almejado. O próprio modo de organização da sociedade contemporânea nos permite assumir essa posição, na qual tudo o que nos traga algum benefício pode ser considerado como justo e preferencialmente legítimo.

A associação dos valores e leis simbólicas inauguradas pela revolução burguesa e pelo advento do capitalismo, em consonância com os valores morais específicos à realidade do contexto em que esses adolescentes vivem, onde a realidade objetiva (BERGER; LUCKMANN, 1999) trás a tona a superação de todos os valores morais considerados tradicionais, pode nos trazer a perspectiva de uma nova organização jurídica, na qual a lei está em conformidade com determinadas formas de organização capitalista.

Segundo LASTÓRIA (1995) As relações cotidianas são normalizadas pela moral, que se subdivide em normas abstratas e concretas. As *normas abstratas* estão relacionadas à genericidade universal e surgem em função do contexto histórico concreto, mas se torna abstrato devido à sua continuidade. As *normas concretas* são do âmbito particular, costumes e usos que um indivíduo adota numa sociedade.

HELLER (2000) coloca que ao se deparar com esses antagonismos e tentar superá-los, o indivíduo acaba por formar novo sistema valorativo. As normas concretas é que constituem a vida cotidiana, no entanto os indivíduos nem sempre tomam consciência das contradições entre as normas, e desse modo na organização do cotidiano, o indivíduo particular se adequa as exigências da moral abstrata contra a moral a que está habituado. Esse processo pode tanto fazer com que o indivíduo se conscientize sobre as contradições e relativize seus costumes, quanto proporcionar o aparecimento de um novo sistema de normas que se adequa ao seu cotidiano. Ou seja, pode haver um movimento em direção à estabilidade das normas concretas e abstratas, dito de outra forma o particular entendendo os antagonismos entre as normas abstratas (ideologias) e as concretas (costumes vivido



cotidianamente) tenta fazer com que uma norma venha corresponder a outra, busca o equilíbrio alterando o que lhe for possível (LASTÓRIA, 1995).

O que se compreende através dessas considerações é que esses adolescentes possivelmente fazem esse movimento de se adequar às normas abstratas em virtude das normas concretas. Para os adolescentes participantes os valores nos quais se apóiam a concepção de criminalidade representam uma norma abstrata que possivelmente já foi superada pela continuidade das normas concretas determinadas pelo cotidiano em que vivem. Portanto, como afirma CIAMPA (2001) o homem é produto e ao mesmo tempo produtor do contexto social em que vive, cria a perspectiva histórica em que se constitui enquanto é constituído pela mesma. Dessa forma os modos de subjetivação e objetivação estão intrinsecamente ligados, constituindo não apenas a metamorfose da identidade humana, mas também o nicho em que ela se desenvolve.

### **3.5. Direito de escolher - capacidade de participar e concretizar metamorfoses**

O último grupo reúne fatos, acontecimentos e experiências que têm em comum a capacidade de evidenciar como o direito de escolha e a abertura a debates viabilizaram a participação efetiva dos adolescentes em algumas situações, modificando, positivamente ou não, o sentido das atividades realizadas.

Em determinada ocasião a reunião foi substituída por outra atividade, fomos todos visitar o circo que estava na cidade. A princípio alguns adolescentes não se sentiram muito satisfeitos com o passeio, recusando-se a participar. Outros foram apenas com a condição de assistir ao espetáculo – mais curto que a reunião – e em seguida assinar a lista para ir embora.

O fato de eles ficarem ali apenas por “não ter nada para fazer” poderia ser entendido como um descaso pela proposta, entretanto na rotina da instituição sempre havia sido observado que esses mesmo adolescentes relatavam ter muita coisa para fazer quando não tinham o interesse de ficar, mas quando ficavam conversando após o lanche, sempre relataram que realmente não tinham nada para fazer, passando a impressão de que estavam ali e não tinham muitos motivos para ir embora, pelo simples fato de poderem



falar e serem ouvidos “*é só marcar um dia que agente vem para conversar, estamos sem fazer nada mesmo*” (Rafael, cf. diário de campo de 30 de março de 2005).

No entanto, a reação deles após a proposta do jogo foi totalmente adversa. Enquanto era apenas dito para que ficassem ninguém queria ficar, e todos tinham muitas coisas para fazer. Mas quando a proposta foi dita de outra forma “fica quem quiser ficar para brincar” todos mudaram de opinião e resolveram ficar. Note-se que a atividade proposta continuava sendo a mesma, o mesmo jogo, no mesmo lugar e com as mesmas pessoas. O que mudou foi a possibilidade que tiveram de escolher ficar ou ir embora.

A mudança era evidente, passaram a falar da atividade com curiosidade, transmitiam a sensação de que gostariam realmente de fazer algo diferente, nem que fosse só para passar o tempo. Foi então que Bruno perguntou: “*mas que jogo é esse? Jogo da vida?*”<sup>5</sup> *Esse jogo nós jogamos todo dia minha querida*” (cf. diário de campo de 08 de abril de 2005). Dei-me conta então, de que eles não estavam ali comigo por acaso, ao menos sabiam qual seria o jogo e resolveram ficar, além disso, não ficaram ali simplesmente pelo convite que fiz, estavam implícitas também, as conseqüências do trabalho realizado com esses adolescentes durante todo o período em que estive na instituição.

Não foi simplesmente pelo convite e pela oportunidade de escolha que resolveram ficar, pois a relação que tinham comigo possibilitou que entendessem que nada ali havia sido planejado, visto que eu não sabia jogar e estava pedindo que me ajudassem a aprender: “*eu posso ajudar por que eu sei mais ou menos, eu já joguei isso na FEBEM*” (Miguel, cf. diário de campo de 08 de abril de 2005). Eles compreenderam que ali não havia nenhuma pretensão de julgamento, nem tão pouco alguma ralação com a medida sócio-educativa, e o mais importante; perceberam que ali tinham efetivamente a oportunidade de participar, no sentido de criar a brincadeira. Possivelmente permaneceram ali simplesmente para brincar.

Foi nesse contexto que todos começamos a jogar o “Jogo da Vida”, o qual aqueles adolescentes jogam todos os dias. Eles percebiam que não havia nenhuma ordem, que tudo estava sendo criado ali, naquele momento, por todos nós. O fato de eu não ter planejado nada não o deixou inseguros, mas ao contrário, os motivou a participar, pois perceberam

---

<sup>5</sup> Trata-se de um jogo no qual há um tabuleiro com caminhos a serem seguido por cada jogador. Logo no início opta-se por seguir uma carreira profissional. Cada jogador é representado por um pino, rosa ou azul, que se encaixa em um carrinho, usado para percorrer o tabuleiro. No jogo é necessário rodar uma roleta, que indica por quantas “casa” o jogador deve se locomover. Portanto, além de saber articular as regras do jogo e administrar seu próprio dinheiro, o jogador também precisa contar com a sorte.



que realmente poderiam ser atores e principalmente autores (CIAMPA, 2001) da história que seria escrita ali por todos nós. Não havia papéis pré-determinados para representar, estávamos decidindo como atuar, criando e representando, enquanto brincávamos.

Nesse sentido a teoria de identidade, de acordo com CIAMPA (1987) ressalta a importância da participação para a emancipação, visto que apenas quando o indivíduo passa a atuar e se constituir como autor de sua própria história é que ele está em processo de emancipação, superando a reposição de papéis, vivendo a metamorfose.

Parece muito simples pensar que um jogo os mobilizaria tanto, mas o efeito foi surpreendente. Miguel já havia se proposto a ler as regras do jogo para se recordar de quando jogou na FEBEM, e dessa forma criou seu papel de juiz-do-jogo. Nota-se que esse papel não lhe foi atribuído, mas sim criado por ele mesmo, que se dispôs a fazer a leitura e “*agente pode ir aprendendo e recordando enquanto joga*” (cf. diário de campo de 08 de abril de 2005). Ele prontamente se colocou a organizar o jogo, enquanto Augusto pediu para ser o “banco” – administrar o dinheiro.

Eu, naturalmente respondi que sim, que poderia ser se quisesse, e todos ficaram surpresos com minha resposta. Alguns aparentemente se arrependeram por não ter pedido antes, talvez nem tivessem pedido por supor a resposta. Mas agora todos já sabiam que éramos efetivamente os autores daquela brincadeira, e que nossos papéis estavam sendo escritos naquele momento, por nós mesmos. O resultado foi surpreendente.

Também participei do jogo, ao todo ficamos em dez jogadores, e antes de tudo pedi para ficar com o carrinho cor-de-rosa, ao que eles imediatamente negaram, apontando-se mutuamente, dizendo que o outro só jogaria de fosse com esse carrinho. Pareciam mesmo ter combinado essa reação, pois foi imediata e geral, todos se apontavam e riam muito com a situação, pois enquanto eram apontados negavam, e ao mesmo tempo “acusavam” os outros de desejar o carrinho rosa. Parece simples, mas foi extremamente intenso o movimento criado com essa brincadeira. A alegria e a satisfação expressadas naquele momento nunca foram vista em outra ocasião ali, nunca se repetiu. A escolha da cor do carrinho foi o momento em que descobriram que ali poderiam brincar mesmo como crianças, antes de começar a jogar.

A verdade é que foi uma “bagunça”, mas foi divertidíssimo. Era explícita a satisfação que sentiam em poder escolher a cor do carrinho, o lugar onde jogar, o papel a



ser desempenhado na brincadeira. Acima de tudo, o que marcou essa experiência foi a oportunidade de criar, de experimentar maneiras diferentes de viver aquela situação, de poderem desempenhar papéis antes nunca pensados. O que proporcionou sentido e re-significação na identidade desses adolescentes, nessa situação específica, foi o ato de que puderam inventar sua própria atuação, e não apenas representar papéis pré-estabelecidos.

Uma simples brincadeira proporcionou, por um momento, a superação da representação de papéis, viabilizando a consciência da metamorfose e possibilidade de emancipação. A “superação no lugar de repetição”, a suspensão da “identidade-mito”, que foi negada ali, e que por alguns instantes deixou de negar a identidade-metamorfose desses adolescentes (CIAMPA, 2001).

O que se passou ali foi a “negação da negação” da vida, conceito identificado por CIAMPA, que enfatiza a importância de cada indivíduo construir suas próprias histórias, em detrimento de viver papéis impostos, que já não correspondem ao que realmente se vive. Negar a possibilidade de não ser autor da própria atuação e superar os papéis que não são mais representados.

Nesse sentido foram observadas também outras formas de buscar a superação da repetição, como em determinado momento em que Jeremias propõe uma oficina de bonecas de lã, pois era o que ele tinha aprendido na FEBEM e poderia ensinar: “*eu poderia ser o professor dessa oficina*” (cf. diário de campo de 23 de novembro de 2004).

Ele não estava disposto a frequentar nenhuma das oficinas, mas se sentiu atraído pela idéia de ser o professor, vislumbrou a possibilidade de atuar como um outro personagem na história de sua L.A., que conseqüentemente passaria a ser outra, alterada pelo novo significado que poderia adquirir para ele. Dessa forma, as propostas de mudanças apresentadas várias vezes pelos próprios adolescentes podem ser vistas como uma tentativa de promover a participação enquanto re-significação acerca das concepções que têm de si mesmos, bem como a tentativa de criar novas possibilidades de interação com o “outro”. Trata-se, então, de uma forma de tentar dar novos significados ao processo em que se constitui sua identidade, ou seja, esses adolescentes timidamente buscam a re-significação dos processos identitários nos quais se constituem.



## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

É essa dialética que possibilita a constituição da identidade enquanto metamorfose, enquanto processo em constante movimento e construção. Uma vez reconhecida a propriedade dialética da identidade enquanto metamorfose, pode-se afirmar a necessidade que cada indivíduo possui de transformar a realidade em que vive, em última instância, tentando proporcionar o movimento necessário para seu crescimento. No entanto, dada a atual conjuntura política e econômica, as possibilidades de mutação são negadas ao indivíduo, uma vez que o sistema capitalista exige mudanças apenas no que diz respeito ao consumo de mercadorias. Nessas circunstâncias, o homem acaba por se tornar também uma mercadoria do capitalismo, a criação, que agora ameaça seu próprio criador, inviabilizando as possibilidades de humanização, já que ser humano é ser metamorfose (CIAMPA, 1987).

Nos manuscritos da Oficina Nacional sobre Medidas Sócio-Educativas, Lahalle (apud SPOSATO, 1999) que já enfatizava a importância de fazer com que o jovem praticante de delitos pudesse compreender melhor o significado de seus atos e dos danos sofridos pela vítima, para que só assim pudesse ter acesso à idéia de reparação. Essa perspectiva sugere a mesma linha do presente trabalho, pois também parte do pressuposto de que mesmo praticando delitos muitas vezes graves, esses indivíduos não compartilham dessa concepção de gravidade. Dito de outra forma é necessário rever a real função das medidas tomadas como sócio-educativas que prevêem a reparação dos danos, mas que não consideram a perspectiva de que esses danos muitas vezes não são reconhecidos por esses adolescentes, em virtude das re-significações valorativas decorrentes da realidade objetiva na qual se constituem.

Sposato enfatiza a importância de não propagar a prática assistencialista, não atribuir causas genéticas ou biológicas à questão do ato infracional e nem tão pouco conduzir o atendimento a adolescentes em conflito com a lei por uma perspectiva moralista, impondo o certo e o errado sob nossa própria ótica (SPOSATO, 2002)

O que se conclui é que a diferenciação da lei não está relacionada à idade, tanto na adolescência como na idade adulta os processos de construção da identidade permitem que o indivíduo reconheça a si mesmo e também aos outros como constituindo um sistema



simbólico contraditório, que precisa ser adequado, de modo que o contexto, a realidade objetiva em que se formam as normas valorativas são constantemente alteradas, ou seja, assim como a identidade, o sistema valorativo também é metamorfose.

Portanto é indispensável rever as políticas de Medidas Sócio-Educativas que desconsideram o fato de que os indivíduos possuem diferentes concepções de “certo e errado”, o que anula a possibilidade de problematizarem o conflito com a lei. É necessário partir da realidade, do contexto com o qual se pretende trabalhar para que as ações sejam direcionadas a soluções efetivas, e não apenas se justifique o fracasso das intervenções em virtude da rebeldia dos adolescentes.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, CECÍLIA PESCATORE. **“Eu nunca vou parar de buscar nada” Emancipação Frente à colonização e as políticas de identidade na adolescência.** São Paulo. Dissertação de Doutorado, PUC – SP, 1997.
- AMPARO, Deise Matos; ALVES, Paola Biasoli; CÁRDENAS, Carmem J. **Pertencimento e identidade em adolescentes em situação de risco de Brasília.** Revista brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. São Paulo, 14 (1), 1-13, 2004.
- BERGER PETER L. e LUCKMANN, THOMAS. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** São Paulo: Saraiva, 1999.
- CÉSAR, MARIA RITA DE ASSIS. **A Invenção da “Adolescência” no Discurso Psicopedagógico.** Campinas, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- CIAMPA, ANTÔNIO DA COSTA. **Identidade,** in: LANE, SILVIA T. M. et. al. **Psicologia Social o homem em movimento.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- CIAMPA, ANTÔNIO DA COSTA. **A estória do Severino e a história da Severina. Um ensaio de Psicologia Social.** São Paulo, SP. Editora Brasiliense, 2001.
- CODO, WANDERLEY. **Identidade e economia (I): espelhamento, pertencimento, individualidade.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.18, n. 03. Brasília set./dez. 2002
- FOUCAULT, MICHEL. O Panoptismo in: **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 2000.



GAGNEBIN, MARIE JANE. **Pesquisa empírica da subjetividade e subjetividade da pesquisa empírica.** Psicologia e Sociedade, vol. 13, n. 02, São Paulo; ABRAPSO, jul/dez de 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo; Paz e Terra, 2000.

HABERMAS, JÜRGEN. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico.** São Paulo. Brasiliense, 1983.

LASTÓRIA, LUIZ ANTÔNIO NABUCO. **Ética, estética e cotidiano: a cultura como possibilidade de individuação.** Piracicaba; Unimep, 1995.

OLIVEIRA, MARIA CECÍLIA RODRIGUES. **O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei.** Ribeirão Preto, SP. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP – Dep. de Psicologia e Educação, 2002.

PEREIRA, FERNANDA RENATA PAZIANI. **Jovens em conflito com a lei: a violência na vida cotidiana.** Ribeirão Preto, SP. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP – Dep. de Psicologia, 2002.

RIGOTTO, DAIENE MARCELA. **“Delinqüência Juvenil”:** um produto social. Araras, SP. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário Hermínio Ometto (Uniararas), 2003.

SPOSATO, KARINA BATISTA. **Sócio-educação no Brasil: adolescentes em conflito com a lei : experiências de medidas Sócio Educativas.** São Paulo: ILANUD ANDI Fundação Educar DPaschoal UNICEF BNDES, 2002.

VICENTIN, MARIA CRISTINA G. **A vida em rebelião: histórias de jovens em conflito com a lei.** São Paulo. Tese de Doutorado apresentada a PUC – SP. Departamento de Psicologia Clínica, 2002.